

ANTONIO CASTILLO GÓMEZ. LIVROS E LEITURAS  
NA ESPANHA DO SÉCULO DE OURO, COTIA, ATELIÊ  
EDITORIAL, 2014. PREFÁCIO DE MARISA MIDORI  
DEAECTO. TRADUÇÃO DE CLAUDIO GIORDANO.

Alexandre Soares Carneiro\*

*Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro*, de Antonio Castillo Gómez, reúne seis estudos sobre práticas letradas identificáveis no período áureo da literatura espanhola. O autor observa, na introdução ao volume, que suas pesquisas deixam de lado problemas relacionados à produção, difusão e posse dos textos, objeto de algumas pesquisas recentes, para se concentrar na história da leitura, até o momento deixada em segundo plano.

Para suprir a insuficiência informativa dos inventários usualmente empregados, Castillo Gómez investiu amplamente no exame de outras fontes primárias. Diversos documentos são compulsados, entre tratados de pregação, constituições sinodais, atas inquisitórias, correspondências, representações pictóricas, etc. Recorrendo a eles de modo estratégico, o autor interpreta este precioso material com proveito e sensibilidade, embora às vezes com precauções metodológicas preambulares desnecessárias.

A despeito de alguns problemas de fluência (decorrentes em boa medida de uma tradução pouco cuidada), a leitura destes estudos é envolvente e estimulante, sobretudo em razão da variedade dos problemas abordados e da riqueza dos testemunhos invocados, proporcionando ao final uma visão renovada desse período extraordinário das letras hispânicas. O conjunto se organiza como um leque aberto de temas, abordando-se diversos tipos de leitores e leituras que testemunham, a seu modo, a opulência cultural do *Siglo de Oro*, para além das grandes obras poéticas e especulativas então produzidas. Fenômenos normalmente ausentes nas obras canônicas sobre o período são examinados. Eles cobrem as reações normativizadoras às leituras de evasão, populares nos séculos XVI e XVII (os livros de cavalaria são, naturalmente, um dos focos principais), a leitura erudita dos moralistas e pregadores, a leitura religiosa nas comunidades religiosas, a leitura solitária nos cárceres inquisitoriais, os panfletos, avisos e versos que se podiam ler

\* Doutor em Teoria e História Literária – UNICAMP.  
Email: alex@iel.unicamp.br

nas ruas, culminando em um estudo sobre as práticas de leitura tal como registradas em testemunhos autobiográficos.

A inspiração mais marcante parece vir de teóricos (como Chartier, Darnton e outros) que se dedicaram à história do livro e da leitura na Europa moderna, sobretudo na vertente dedicada às práticas nascidas com o advento do impresso. Valoriza-se material textual não necessariamente classificável entre as leituras *fortes*, no sentido do seu nível de elaboração, mas aquele cuja importância deriva de seu grau de difusão entre um público mais amplo, não necessariamente letrado, ou de seu poder de revelação a respeito daquele mundo social multifacetado. Nesse movimento, o autor soube tirar proveito de um acúmulo de conhecimentos consolidados no hispanismo a respeito do *Siglo de Oro*, mas à luz de abordagens que permitem, ao final, uma compreensão diferenciada de suas obras clássicas.

O primeiro ensaio (“Do Elegante e Grande Escrutínio. A Leitura Entre a Norma e a Transgressão”) é emblemático quanto à utilização de fontes primárias que favorecem uma nova abordagem do período, incidindo em sua obra mais importante. Tomando como ponto de partida a famosa cena do expurgo da biblioteca do fidalgo manchego, no início do *Quixote* (Parte I, capítulos VI e VII), mostra-se como é culturalmente significativa a representação dos juízos sobre a ficção ali emitidos. Ao longo do capítulo, diversos comentários, apreciações e argumentos presentes em documentos coetâneos testemunham o problema do controle institucional de leituras. O conhecimento destes

mecanismos favorece, em uma interessante contrapartida historiográfica, um olhar mais agudo para um episódio crucial do romance.

A discussão sobre os danos que certas leituras poderiam suscitar parece marcar a Contrarreforma na Espanha, e eminentes eruditos e clérigos (como Pedro Mexía, Antonio de Guevara e Saavedra Fajardo, para citar os mais famosos) se envolveram na tarefa de “determinação dos bons e maus livros, dos honestos e peçonhentos” (p. 26). Era notável o incômodo produzido pela ampla difusão dos livros de cavalaria. Em que pese algumas notas benevolentes (o caso citado é o de Frei Luis de Granada, na *Introducción del Símbolo de la Fe*), Castillo acentua a existência de uma clara hierarquização entre leituras. As de cunho moral e teológico eram consideradas superiores às de entretenimento. Prevalcia uma grande desconfiança sobre o romance, considerado gênero inferior ou mesmo, como o indica o *Quixote*, prejudicial. Para o autor, a prevenção contra a ficção era uma atualização da crítica platônica à poesia. É o que testemunhariam os comentários de alguns autores sobre a educação dos jovens. Eles deveriam ser apresentados à doutrina católica assim que aprendessem a ler, estando os livros devocionais aguardando-os para esta leitura formadora. Por outro lado, a prodigiosa capacidade de publicação proporcionada pela imprensa era vista com maus olhos. Considerava-se haver “livros demais”, estando a proliferação de impressos associada à heresia luterana.

Os tratadistas espanhóis do Século de Ouro recuperam a antiga dualidade entre “miolo” e “casca” do texto, dando seguimento a uma tradição de leitura alegórica, ou

espiritual, consolidada na Patrística (e aplicável então aos textos sagrados). Através desta leitura acessam-se os conteúdos mais íntimos e verdadeiros dos textos. Se fosse possível sugerir uma pequena ressalva aqui, acrescentaria que este tipo de leitura era dita “espiritual” não apenas porque “devia aludir a questões morais e de virtude” (p. 42): a experiência era, em si mesma, entendida como prática espiritual, pois pressupunha uma disposição reflexiva, meditativa, e assim formadora do espírito. A diferenciação é útil para pensar alguns temas correlatos abordados nos outros capítulos.

Seguindo na pista de fontes pouco convencionais e bastante esclarecedoras a respeito do tecido cultural do período, Castillo utiliza, em seu segundo capítulo (“Ler e Anotar. A Leitura Erudita”), testemunhos, *marginalia* e cadernos de anotações de alguns leitores individuais específicos, a fim de estudar um tipo particular de leitura, que chama de “erudita”. Ela estaria associada intimamente à escrita – o ato de ler era solidário ao de copiar -, e se afastava completamente da leitura por prazer: tratava-se de uma “leitura-trabalho”.

Como no capítulo anterior, repercute aqui o tema do “excesso de livros”. Neste contexto, a crítica se dirigia à “leitura de esquecimento”. Deveriam ser lidos poucos, mas bons livros; isto é, úteis do ponto de vista das lições para a vida que deviam conter. Daí a relevância do ato de anotar, enquanto mecanismo de memorização de máximas e exemplos. Esta modalidade de leitura estava associada a tipos específicos de leitores, como os licenciados de Salamanca, ou teólogos pregadores, para quem anotar e memorizar estava ligado

a seu trabalho. Com trechos extraídos dos livros que liam, cadernos pessoais eram confeccionados com passagens rigorosamente ordenadas.

A hierarquização que atribui à leitura de entretenimento um posto inferior em relação à leitura “séria” é ressaltada aqui. O autor acentua a proximidade entre os modelos de leitura erudito e formativo – em ambos a escrita é entendida como um instrumento para uma reflexão mais atenta. Seria preciso lembrar, mais uma vez, que, no sentido mais amplo, a leitura espiritual (de raízes estóicas, mas amplamente praticada na tradição religiosa ocidental), pode ter na escrita um complemento não exclusivamente erudito: ela tendia a ser antes de tudo uma prática de aperfeiçoamento pessoal, de que dariam conta os escritos monásticos (estudados por Foucault em “A escrita de si”, por exemplo) ou “ensaísticos” (estudados por Brian Stock em “Bibliotecas interiores”). A leitura erudita, do “leitor humanista” (segundo o modelo identificado por Antony Grafton) teria antes uma dimensão pública – conduzindo a produção de livros de lugares-comuns utilizados na elaboração de sermões e tratados.

Estas percepções são relevantes também para as análises em que se baseia o terceiro capítulo (“Paixões Solitárias. Leitores e Leituras nos Cárceres Inquisitoriais”). O autor não pretende fazer uma sociologia da leitura dos encarcerados, mas analisar o modelo de leitura por eles praticado, a partir de sua função – e em muitos casos ela assume justamente aquela função “espiritual”. Os volumes autorizados a entrar no cárcere passavam por um controle rigoroso. Quando permitidas, as

leituras normalmente se limitavam a assuntos teológicos abordados segundo a perspectiva ortodoxa. Sua principal função era combater o tédio, mas elas também forneciam consolo. Entre estas leituras “sérias”, o autor discerne aquelas entendidas como “alimento espiritual e anímico” (p. 82) e aquelas que, mesmo religiosas, teriam um sentido mais prático – isto é, úteis na composição da defesa por parte dos réus. Ressurge assim, neste cenário, aquele forte componente espiritual da leitura, a qual não era necessariamente solitária: talvez tenham existido leituras em voz alta em celas coletivas.

O capítulo quarto (“Ler em Comunidade. Livro e Religiosidade no Barroco”) lança luzes justamente sobre o caráter coletivo de leituras religiosas em outros espaços. Elas são examinadas em três contextos diversos – mouriscos que se reúnem para a leitura do Corão; uma comunidade de “iluminadas”, isto é, mulheres que alegavam ter visões místicas; e monjas de um convento regular. Os três contextos têm em comum um tipo de leitura que se apresenta como atividade coletiva, formando o que Castillo chama de “comunidade textual”, sobretudo nos dois primeiros casos. Os mouriscos, como se sabe, haviam sido obrigados a se converter. Valendo-se então dos processos do Santo Ofício, o autor apresenta o caso de um grupo de aldeões da Mancha que se reunia secretamente para leituras do Corão. Tal leitura era realizada em voz alta, com aquele que lia também traduzindo passagens, devido ao esquecimento coletivo do árabe. Para além da leitura como performance oral, o leitor também interpretava, oferecendo explicações das passagens.

O segundo grupo estudado era formado por beatas ditas “iluminadas”, que alegavam experimentar visões místicas - e que também eram alvo da desconfiança inquisitorial. Elas se reuniam em ambientes privados para leituras coletivas de caráter devocional, onde a oralidade tem um papel central, combinando-se a estratégias para escapar à dominação masculina sobre o campo do escrito. Finalmente, a leitura coletiva nos conventos apresenta um contraste com os contextos anteriores, pois se trata de uma leitura regrada, com horários e modos específicos – dentro daquela tradição milenar de leitura como “exercício espiritual”.

O capítulo V (“Ler na Rua. Versos, Avisos e Panfletos”) aborda uma atividade mais mundana - a “leitura na rua”, ou “leitura pública”. Aqui também somos instruídos sobre “a íntima ligação entre o manuscrito e o impresso”, o que é ilustrado por fenômenos como a leitura pública de pasquins, a recitação de poemas satíricos que circulam em folhas avulsas, a leitura de pregões oficiais, etc. Partindo de um episódio em que versos político-religiosos (surgidos em meio às tensões com os reformados, em 1561) foram cantados e distribuídos em folhetos pelas ruas de Sevilha, o autor lembra que tais práticas não poderiam ser consideradas incomuns. Somadas à proliferação de cartazes, avisos e anúncios, elas tornam a cidade do Século de Ouro um lugar privilegiado para a exibição da escrita. Um caso exemplar é o do sapateiro português que lê o anúncio do governo oferecendo vantagens a quem se aventurasse a transferir-se para o Brasil. Proliferava a exibição de cartazes e bulas, emanadas de autoridades seculares e religiosas, mas também

cartazes de particulares, anunciando peças de teatro ou outros espetáculos. Como mostra o autor, a leitura em voz alta na rua era corrente. Uma modalidade curiosa era a leitura praticada nos *mentideros*, espaços de difusão oral de notícias, gazetas, relatos e mesmo textos literários. A despeito da desconfiança que paira sobre eles (de onde o nome), estes espaços tiveram um papel importante na difusão de notícias e textos poéticos. Muitos dos folhetos lidos ali tinham caráter político ou religioso. Fenômenos desta natureza nos fazem pensar nos estudos dedicados às performances orais no período medieval (Menéndez Pidal e Zumthor dedicaram estudos importantes a esse respeito), e, naturalmente, na permanência, no mundo hispânico, deste fenômeno de “longa duração”.

No último capítulo (“Leitura e Autobiografia”), ainda se valendo do rico arsenal de novas fontes compulsadas, Castillo se volta para os relatos sobre a leitura tal como registrados em autobiografias. Em que pese o problema de definir o estatuto do gênero no período, e o fato de estarem os relatos autobiográficos marcados por uma reconstrução imperfeita do passado, estes textos seriam uma excelente fonte para avaliar a importância conferida pelos autores ao ato de ler - o tempo dedicado a ela, em que situações se lia, quais suas modalidades e gestos, como fora seu aprendizado, etc. Examinando autobiografias elaboradas por personagens de diversas extrações, Castillo identifica, em várias delas, a importância atribuída às primeiras letras e às leituras da infância, ligadas ao ambiente familiar. Investindo naquilo

que o livro tem de mais interessante, que é a exposição cuidadosa de fontes variadas e reveladoras, o autor analisa três grupos de textos: autobiografias de santas, de eruditos e de leitores comuns. No caso das santas, identifica a idealização dos livros como símbolos místicos: o livro “verbaliza a palavra revelada”. Nas memórias dos eruditos, percebe uma “leitura onívora”, intensa, de vários materiais, e a recuperação da ligação entre o ler e o escrever. Nas autobiografias de “leitores comuns” (soldados e artesãos, no caso), encontra poucas leituras esparsas, mas descobre um curioso paralelismo com o mundo erudito – a leitura entendida como um modelo de vida, isto é, a importância formativa dos livros, valorizados na medida em que deles se pudessem extrair exemplos de conduta: os soldados deveriam ler vidas de grandes militares, as freiras, biografias de santas, etc.

A sensação ao final da leitura desta coletânea é a de que se tratou de uma experiência recreativa, pois generosa no oferecimento de informações variadas e pitorescas, mas principalmente formativa, pois ângulos novos sobre uma época tão importante são vislumbrados. Isso nos força a uma reflexão mais demorada sobre um período que parecia quase esgotado para o historiador moderno. O Século de Ouro reaparece aqui em sua extrema vivacidade, o que é gratificante não apenas para o historiador como para o estudioso da literatura de um modo geral.

Recebido para publicação em 29 abr. 2016.

Aceito para publicação em 07 jun. 2016.